



RAÍZES DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: uma análise sobre suas práticas no período colonial.

Marcos Henrique dos Santos

(Prof. Secretaria Municipal de Educação de São José da Tapera - AL)

(marcoshs30@gmail.com)

RESUMO:

Este trabalho busca analisar quais elementos constituíram as raízes do ensino religioso no Brasil, com ênfase no período colonial. Para tanto, buscou-se através de revisão bibliográfica, analisar as condições materiais em que as experiências educacionais no referido período se processaram e a quais interesses as mesmas atendiam. Assim, apontou-se os fatores que sustentaram a presença das ordens religiosas no Brasil, sobretudo Jesuíta, que em um cenário de ausência de empreendimentos estatais, gozou de quase exclusividade no campo educacional. Prossegue-se identificando as disparidades na execução das reformas pombalinas existentes entre a metrópole portuguesa e sua colônia, onde devido à falta de investimento na área educacional, mesmo sem a presença das ordens religiosas, a Igreja Católica continua a exercer protagonismo nas práticas educativas. Concluindo-se, assim, que as raízes do ensino religioso no Brasil colônia se estabeleceram devido à ausência do estado na área educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Estado. Religião.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o ensino religioso passou a protagonizar discussões no final do século XIX, com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, que estabeleceu a laicidade do Estado brasileiro e da educação pública que nele fosse ministrada. (CUNHA, 2009, p. 346). Apesar de todas as agitações que se prolongaram pelo fim do século XIX e os primeiros anos do século XX adentrando-se na década de vinte, de um ponto de vista teórico as discussões ganhariam posições definidas apenas nos primeiros anos da década de mil novecentos e trinta.

Contudo, apesar das implicações do período supracitado, as bases que deram sustentação para o ensino religioso na educação pública se remetem a períodos anteriores, nos quais a ausência do estado, no qual respeito à oferta de educação pública, abriu espaço para que outra instituição muito poderosa tomasse conta dessa esfera. É assim que a Igreja Católica, através de suas ordens, sobretudo a jesuíta, vai se apoderar da maior parte das experiências educativas

desenvolvidas no Brasil colonial. Processo esse que se efetuará através de sua íntima relação com a Coroa Portuguesa.

Para que se possa entender minimamente como as experiências educativas se delineavam através da influência da Igreja, e de que modo essa proximidade de interesses se articulavam, é de fundamental importância se atentar aos procedimentos da principal ordem da igreja católica a se instaurar no Brasil, os Jesuítas. De modo que este trabalho divide educação colonial em dois períodos, o da vigência da ordem Jesuíta e o posterior a sua expulsão.

2 EDUCAÇÃO JESUÍTICA NA COLÔNIA BRASILEIRA

Apesar de, também como as demais ordens religiosas que atuavam na colônia naquela época, iniciarem suas atividades educativas e catequéticas por vias das missões, os jesuítas contaram com uma situação diferente. Mesmo o campo de atuação sendo igualmente inóspito, a Ordem de Jesus contou com o apoio da coroa que, não se mostrou igualmente solidária para com os demais seguimentos da Igreja que se dispuseram ao projeto de cristianizar a América.

Para que se possa compreender melhor esse favorecimento diferenciando é necessário considerar que, apesar do pequeno intervalo de tempo, os jesuítas iniciam suas atividades numa conjuntura diferente. Cronologicamente situadas nas primeiras décadas pós-descobrimento, mas precisamente até 1530. Durante esse período o Brasil que conforme assinala Argemiro Brum: “não tem destino próprio. Não é configurado nem existe em função de si, mas em função dos interesses externos (europeus). O que interessa não é o Brasil em si, mas o que ele pode oferecer” (BRUM, 1995, p.50). O que veio a configurar-se como um grande problema para os missionários foi o fato de que durante esse primeiro momento de colonização a única matéria que a colônia fornecia para a essencialmente comercial metrópole portuguesa era a extração de pau-brasil. Atividade esta que não se mostrou propícia a um política de povoamento por parte dos comerciantes portugueses:

Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira. Não se criaram estabelecimentos fixos e definitivos. Os traficantes se aproximavam da consta, escolhendo um ponto abrigado e próximo das matas onde se encontrava a essência procurada, e

A abstenção da coroa para com o projeto missionário caracterizou-se como um fato peculiar, pois o que constatou-se foi que mesmo com a relação existente entre o estado português e a Igreja católica, relação essa que em alguns aspectos chegava a lembrar uma teocracia¹, as forças materiais foram preponderantes. De modo que a esquivada promessa de rentabilidade lucrativa impediu que se exercesse maior presença do estado português, o que viria a beneficiar a causa missionária. Porém alheio a qualquer proposta de ocupação do solo da recém-descoberta colônia, é importante se destacar que não houve nenhum farto financiamento oficial para que as ordens religiosas viessem a desenvolver seus empreendimentos por conta própria.

Mesmo que a causa religiosa viesse a sobrepor os interesses materiais portugueses, encontraria um obstáculo ainda maior. Apesar de Portugal contar com sua unificação enquanto nação, fator esse que foi de fundamental importância para sua virtuosa expansão, sua posterior configuração social sobrepuja os privilégios de uma nobreza ociosa (conforme exposto no capítulo anterior) em detrimento ao desenvolvimento da burguesia industrial, o que contribuiu para a escassez de provimentos. Outro fator foi o demográfico, visto que sua população era consideravelmente pequena para a sequência de conquistas que vinha se realizando após a expansão marítima (PRADO JR., 2004, p.11).

Entretanto, todos esses fatores tiveram que ser desconsiderados perante a ameaça representada por traficantes de outras nações, como franceses e holandeses, por exemplo, que rondavam as costas brasileiras. Eis que então se estabeleceram a necessidade e os projetos de colonização.

Todas as iniciativas tomadas pela coroa portuguesa referentes à colonização tinham como principal objetivo defender as terras brasileiras, sobretudo, a costa das investidas supracitadas, todavia a mesma não dispunha de farta reserva de capital para executá-las, tão pouco queria arriscar as que dispunha num projeto pouco rentável como era a ocupação do território brasileiro. Diante disto a solução foi entregar tão árdua tarefa para a iniciativa privada pelo viés das capitânicas hereditárias, que, diga-se de passagem, não despertou muito interesse a nobreza e

¹Governo regido por princípios e ditames religiosos.

a burguesia portuguesa, mas que efetivou-se num número de doze donatários que estavam encarregados de desbravar e cultivar as terras da nova colônia lusitana.

É nesse contexto que se processa a vinda dos jesuítas para o Brasil, note-se que trata-se de um momento, mesmo não sendo ainda a mais efetiva iniciativa de ocupação, em que se fazia necessária uma logística diferente da exercida nas primeiras décadas do descobrimento. Nessa empreitada a religiosidade católica teria papel decisivo tanto no tratamento para com os indígenas, quanto para a educação dos colonos. (visto que, conforme exposto no capítulo anterior a Igreja dominava a esfera educativa). Foram esses novos fatores que determinaram um tratamento por parte da coroa portuguesa bem diferente para com a Ordem de Jesus daquele recebido pelas ordens que haviam se instalado no Brasil nas décadas anteriores:

Os jesuítas vieram ao Brasil em conseqüências de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia. nessas circunstancias puderam proceder de forma mais orgânica, vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização (SAVIANI, 2008, p.41).

Os resultados insatisfatórios do regime de capitanias hereditárias não atingiram o projeto jesuítico, visto que mesmo após o estabelecimento do governo geral os mesmos mantiveram suas atividades, assim como também continuaram a receber os mesmos privilégios oficiais. Essa continuidade se deu devido à manutenção do mesmo modelo produtivo, a qual se denominou agrário – exportador que se fundava na produção de cana de açúcar, produção essa que demandava grande percentual de mão de obra, que a principio fora abastecido pelos indígenas (PRADO JR., 2004, p. 32). Todavia, mesmo que fossem encontradas tribos que se mostravam mais pacíficas e suscetíveis à exploração, eram encontradas também aquelas que se rebelavam arduamente contra a opressão portuguesa, por sua vez demandavam uma espécie de cooptação.

A resistência de algumas tribos desencadeará um significativo conflito no ideário das missões jesuíticas, conflito esse, que oscilará entre as duas grandes correntes filosóficas que norteiam o pensamento pedagógico, a pedagogia da existência e a pedagogia da essência. Correntes estas que segundo Bogdan Suchodolski, são extremamente opostas e conflitantes:

Ao considerar a questão deste modo pensamos poder penetrar no aspecto profundo do processo de desenvolvimento do pensamento pedagógico

moderno e evidenciar as lutas crescentes que ocorrem entre o que se poderá designar a pedagogia da existência e a pedagogia da essência [...] Esta querela filosófica não respeita unicamente os problemas metafísicos abstratos, toca o próprio homem. A filosofia do homem é elaborada de modo totalmente diverso, conforme se tomam para ponto de partida a filosofia da essência ou da existência. Esta diferença conduz-nos justamente ao próprio coração das querelas filosóficas (SUCHODOLSKI, 2010, p.89).

Por usar origem cristã de base platônica (SUCHODOLSKI, 2010, p.90) naturalmente a pedagogia jesuítica guiava-se pela corrente essencialista, partindo do princípio de que o homem era uma criação do deus cristão e que todas as criaturas mereciam conhecer a palavra. Princípio esse que devido a sua base filosófica não se diferenciava do princípio das demais missões. Assim como também a pressão exercida pelo já citado movimento de contrarreforma e pela necessidade de se atender as necessidades oficiais, levando a efetivação de uma pedagogia essencialista buscando fazer do índio um cristão em favor da igreja e um escravo em favor da coroa.

Nessa tarefa os jesuítas atenderam eficazmente as necessidades do rei, que por sua vez elaborou uma política pontual para o tratamento dos povos nativos brasileiros. Política essa novamente revestida pelo ideário de cristianização caridosa para com os gentios:

Entre as diretrizes básicas no regimento, isto é, na nova política ditada por D. João III (17-12-1548), é encontrada uma referente à conversão dos indígenas a fé católica pela catequese e pela instrução (RIBEIRO, 1998, p.18).

Embora o discurso seja idêntico ao da chegada das primeiras missões ao Brasil, o tratamento dado à causa pela coroa será significativamente diferenciado, prova disso é que os jesuítas, que constavam-se quatro, dentre os quais Manoel da Nóbrega² chegam junto de Tomé de Souza, que viria a ser o primeiro governador-geral brasileiro (RIBEIRO, 1998, p.18). Fato que não tratava-se de uma mera coincidência, visto que, mesmo que a maior parte das capitânicas tenha fracassado, as que renderam sucesso geraram exorbitante riqueza, de modo que o governo geral: “não nasce da ruína da colônia, mas da esperança de seus lucros” (FAORO, 2004, p.141).

² Padre e chefe religioso que comandou os empreendimentos da Ordem de Jesus nos primeiros anos de seu estabelecimento na colônia brasileira

Nesse contexto, a igreja tinha importância na já citada atividade de apaziguamento e aculturação dos gentios indígenas, assim como também na afirmação do poder real com sua máquina administrativa, revigorando em solo tropical os estreitíssimos laços existentes na metrópole: “com o pelourinho se instalava a alfândega e a igreja, que indicavam a superioridade do rei cobrador de impostos, ao lado do padre, vigiando as consciências” (FAORO, 2004, p. 149). Feita a aliança, os jesuítas iniciaram sua obra que para além da catequização dos indígenas se estenderia tanto nos quesitos pedagógicos quanto políticos.

Desde as sesmarias, e com maior intensificação após a instalação do governo geral, o número de colonos e de funcionários administrativos aumentou significativamente na colônia. Esse quadro fez surgir a necessidade de instrução elaborada para os filhos dessa elite colonial, tarefa esta que foi cumprida pela Ordem de Jesus:

Os jesuítas, além de preparar os bacharéis em belas artes, direito e medicina, tanto na Colônia quanto na metrópole, fornecendo assim os quadros dirigentes da administração colonial local, formavam ainda os futuros teólogos, reproduzindo assim os seus próprios quadros hierárquicos, bem como os educadores, recrutados quase que exclusivamente do seu meio. (FREITAG, 2007, p.83)

Essa estratégia de atendimento aos interesses da coroa ao mesmo tempo em que ampliava seu poder e influência renderam o ápice do sucesso jesuítico, assim como também a razão de seu fracasso. Ao passo que ao aumentar seu poder de influência que provia dessa “arma silenciosa que era a educação” (FREITAG, 2007, p.83) os jesuítas passaram a deturbar os interesses da coroa ao mesmo tempo em que desobedeciam a suas ordens. (conforme exposto no capítulo anterior). Assim, quando já somavam o total de 100 estabelecimentos espalhados por uma vastidão do território brasileiro (GHIRALDELLI, 2006, p.13) os jesuítas enfrentaram a ira do Marquês de Pombal, que veio a expulsá-los no ano de 1759.

Note-se que o processo que vem a desencadear a expulsão dos jesuítas faz emergir características que se assemelham ao que mais tarde se definiria como pedagogia da existência. Similaridades estas apontáveis, sobretudo, no abandono a subserviência às ordens da Coroa e do próprio núcleo central da Igreja em virtude do desenvolvimento de uma organização auto regida. Conseqüentemente esse modelo organizativo provia-se de um “plano educativo, que pedagogicamente, não

se diferenciava do que até então processava-se, porém no que tange a as suas finalidades direcionava-se por princípios diferentes.

Não se pretendia mais fazer do índio um ser temente ao deus e por tabela obediente aos interesses oficiais, à primeira finalidade seria mantida, todavia este seria agora servo de deus e da Ordem. Nesse aspecto o direcionamento existencialista³ da pedagogia exercida pela Ordem de Jesus torna-se bastante perceptível, contudo as primeiras manifestações concisas da pedagogia da existência só tomaria forma a partir do século XIX, e ainda assim: “em uma fase incipiente marcadas por um cunho de generalidade e homogeneidade” (GHIRALDELLI, 2006, p.102) de modo que titular essa fase dos empreendimentos educacionais jesuítas no Brasil de existencialista, no que diz respeito a sua orientação pedagógica, seria um anacrônico e contraditório. Pois se para a ordem o mesmo voltava-se para sua existência para os indígenas apresentava-se apenas como uma reorientação de sua finalidade, pois continuariam servos de deus e da Ordem invés da Coroa. Mantendo assim a posição essencialista da pedagogia da ordem de Jesus.

É sobre essa atmosfera dualista que os Jesuítas serão abordados pelo Marquês de Pombal e impedidos de dar prosseguimento ao seu projeto independente no Brasil.

Todavia, as reformas pombalinas não significaram o fim da relação entre estado e Igreja católica na esfera educativa, a mesma se reproduziria em conjunturas diversas, ora sob um plano de fundo passivo, ora sob plano de fundo tumultuoso.

2.1 EDUCAÇÃO E INFLUENCIA DA IGREJA, DAS REFORMAS POMBALINAS A INSTAURAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Apesar das medidas estabelecidas pelas reformas pombalinas abrangerem tanto a metrópole quanto a colônia, as mesmas se processaram de maneira muito diversa, de forma que enquanto a sede da coroa contou com uma verdadeira reformulação no ensino, sua subsidiária foi sujeita apenas a expulsão dos jesuítas e

³Para maior aprofundamento no que tange as concepções de pedagogia da essência e pedagogia da existência, recomenda-se a obra Pedagogia e as Grandes corrente filosóficas de Bogdan Suvhuodolski.

desmantelamento do sistema pelos mesmos constituído. Tal procedimento se explica pela posição hierárquica mantida pelo Brasil, que enquanto colônia fornecedora apenas de produtos primários não necessitava de uma modernização do ensino tal qual se fez em Portugal. Sua população composta em maior número por indígenas e escravos não necessitava de qualificação via instrução, visto que para ambas já havia passado o período de cooptação para o apaziguamento na esfera de trabalho. (FREITAG, 2007, p.84)

Todavia, restavam ainda os filhos dos colonos a serem educados, para tal tarefa desenvolveu-se uma estratégia baseada a partir de aulas régias, que seguindo a linha das reformas tinha por objetivo a criação de uma escola que atendesse os fins do estado (SAVIANI, 2008, p. 107). Nesse contexto foram realizados concursos públicos para o preenchimento dos cargos de professores, porém, toda essa envergadura estatal para qual a estatização do ensino encontrou um grave problema, a carência de mão de obra qualificada para esta tarefa. Até então todos os professores formados no Brasil eram egressos das formações jesuíticas (RIBEIRO, 1998, p.34).

As dificuldade referentes a profissionais qualificados se somariam as dos poucos recursos destinados a execução dos empreendimentos das aulas regias na colônia. Dificuldades estas que se enquadram no contexto acima exposto de reduzida necessidade de ampliação da oferta de educação, visto a composição da sociedade colonial e os fins para ela planejados, de modo que para tal se fazia necessária uma oferta pontual nos principais centros administrativos da colônia. Política essa que seria adotada também na chamada fase joanina, período marcado pela instalação da família real no Brasil.

Ambos os períodos descritos foram marcados pela esquiua presença do estado, que apesar de modernizar o ensino nos moldes propostos pelas reformas e pela demanda surgida pela vinda da família real, o fez de maneira mínima deixando um espaço que seria ocupado pela esfera particular dominada pela Igreja católica. Todavia analisou-se até aqui a educação e os demais aspectos socioeconômicos de um Brasil colônia, preso as deliberações de sua metrópole, que por sinal delegavam insuficiente autonomia para lidar com temas tais qual a educação. Conforme se fez perceber essa conjuntura mostrou-se imprópria a experiências educativas inspiradas por princípios laicos, tais qual se observava na França revolucionaria em período

paralelo. Contudo viria da França um dos maiores impulsos para a reformulação, e na maioria dos setores implementação, da educação brasileira.

A partir da segunda metade do século XVIII o capitalismo comercial entra em declínio e em seu lugar surge avassaladoramente o capitalismo industrial trazendo consigo uma gama de transformações na esfera produtiva, nas relações políticas, nas relações sociais e nas relações de comércio⁴. Porém as nações ibéricas, essencialmente mercantilistas e que tão importantes haviam sido no processo de conquistas de terras até então desconhecidas pelo resto do mundo, não absorveram as transformações que se processam nas demais nações europeias, perdendo assim sua posição dominante e assumindo uma posição de dependência das mesmas. As nações ibéricas restou a tarefa de articulação para com as então nações dominantes que haviam processado as transformações supracitadas.

Enquanto isso o Brasil que ainda “gozava de sua posição colonial” demonstrava sinais de prosperidade econômica, perceptíveis pela recuperação de sua agricultura e a incorporação do Rio Grande do Sul e de sua pecuária (PRADO JR., 2004, p.79-94). Essa prosperidade delinear-se-ia por vieses totalmente alienáveis a essa nova conjuntura, visto que o Brasil que até então era totalmente dependente da administração portuguesa passaria agora a ser influenciado e motivo de cobiça por parte do partidário defensor da Coroa Portuguesa que esteve sobre disputa de três nações:

No século XVIII, uma delas, Os Países Baixos, é ofuscada; mas permanecem em campo Inglaterra e França, digladiando-se sem cessar. É esta rivalidade que será a mais efetiva proteção dos impérios Ibéricos. Cada uma das duas monarquias se ampara num dos contentores: a Espanha, na França, Portugal, na Inglaterra. Foi-lhes possível assim atravessar mais ou menos incólumes um século de lutas, não sem sofrer por vezes amputações de certa gravidade (PRADO JR., 2004, p.123).

Será justamente uma dessas amputações a principal contribuinte para a maior transformação na educação brasileira, e nos demais setores administrativos. Retome-se aqui que desde seu descobrimento ainda não se havia processado nenhum projeto voltado para o beneficiamento da colônia, sem que esse direcionasse a principal parcela de suas benesses para a metrópole. Mesmo quando os projetos estendiam-se para o Brasil operavam-se de maneira deficitária, caso das

⁴ Assunto abordado de maneira mais extensa no capítulo anterior

Reformas Pombalinas, por exemplo. Todavia essa situação mudaria. Portugal partidário da Inglaterra era automaticamente inimigo da França, que sob o comando do general Napoleão Bonaparte realizava uma ousada e contundente expansão no continente europeu. Eventos estes que refletiram-se significativamente no Brasil:

A ERA colonial termina propriamente para o Brasil em 1808, embora a separação oficial date de quatorze anos depois. É que naquela primeira data se transfere para a colônia o governo português na pessoa do soberano reinante e de sua corte que fugiam aos exércitos napoleônicos invasores do Reino europeu (PRADO JR., 2004, p.101).

A corte portuguesa não deixaria em suas terras todos os requintes e aparatos da nobreza, nem tão pouco encontraria na colônia estrutura similar que atendesse suas exigências. Para tanto fez necessário, além da obra de transportar os bens físicos, a de formar funcionários que atendessem as demandas da nobreza, visto que, em sua gritante maioria os portugueses empreendidos na estadia, que se projetava ser temporária, na colônia alocaram-se na esfera burocrática (FAORO, 2004). A partir de então a educação terá papel extremamente importante no que se refere à formação de mão de obra qualificada para o atendimento das necessidades da coroa, das mais práticas e simples, as mais complexas e sofisticadas. De tal modo são criados pontualmente:

É em razão da defesa militar que são criadas, em 1808, a Academia Real de Marinha e, em 1810, a Academia Real militar (que em 1858, passou a chamar-se Escola Central; em 1874, Escola Politécnica, e hoje é a Escola Nacional de Engenharia), a fim de que atendesse à formação de oficiais e engenheiros civis e militares. Em 1808 é criado o curso de cirurgia (Bahia), que se instalou no Hospital Militar, e os cursos de cirurgia e anatomia, no Rio. No ano seguinte, nesta mesma cidade organiza-se o de medicina. Todos esses visam atender à formação de médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha (RIBEIRO, 1998, p.41).

Essas instalações retomam a linha educativa que se propunha na reforma pombalina, que conforme se explana anteriormente, fora empreendida de maneira negativamente díspar ao que se operava na metrópole, e mesmo sucateada ainda fora totalmente abandonada na fase que veio a se chamar de joanina. Tal acontecimento traz a tona constatações de singular importância no que diz respeito à história da educação brasileira, pois marca o primeiro momento de participação efetiva do estado no campo educativo, ao mesmo tempo em que corrobora com a hipótese que se levanta nesse trabalho; de que as forças matérias exerceram papel

determinante na relação entre estado e igreja na esfera educativa, ao passo em que demonstra como diante da necessidade de formação de pessoal qualificado para o atendimento das necessidades oficiais, abandonasse todo resquício de jesuitismo e adere-se a um modelo de educação concernente com as tendências modernas da época.

Todavia, a relação entre estado igreja e educação estava longe de findar-se, tanto pelo fato de que todo o aparato educacional montado para o atendimento das exigências da corte montou-se em pontos estratégicos e de maior urgência, como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife (idem, ibidem). Quanto pelo fato de que a relação entre o estado e Igreja ainda era muito solida, e a mesma buscava um contragolpe em relação às perdas sofridas na esfera educativa.

Diante da impossibilidade de se levantar uma estrutura do porte da levantada pelos jesuítas, as estratégias da igreja tomam um novo rumo. Inaugura-se então uma nova fase que perdurará até os dias atuais. Ao invés de preponderar o ensino oferecido pela igreja, à nova conjuntura direcionará o ensino com a Igreja, que se processará a partir da disciplina de ensino religioso inserida nos currículos oficiais. Vínculo este estabelecido ainda no final da era colonial e que se estenderá durante o Império

Dentre as características que se destacam ao longo desse período estão; o exacerbado grau de submissão imposto de uma metrópole a sua colônia, relegando-a apenas a produção de matéria prima durante todo o período em que ateuve sob seu domínio. Relação esta que conforme exposto exercerá influencia decisiva na constituição das organizações sócias da sociedade colonial, onde o total desinteresse pela formação de uma identidade própria do povo que ocupava essas terras, e mesmo dos que se formaram do processo de miscigenação, levou a importação do modelo português embebido pela sua relação histórica com a Igreja católica e que se reproduziu no Brasil de forma similar ao que se processa na metrópole. Similaridade esta reforçada pelo abandono com que se processava a causa educacional que outras metrópoles já consideravam importante, mas que sob o domínio português desencadeou fenômenos tais quais o da tentativa de estabelecimento de uma administração independente por parte dos jesuítas.

Após a expulsão dos jesuítas projetou-se, assim como na metrópole a secularização do ensino, que apesar de ser freada em seu primeiro momento, viria a

ser retomada no final do período colonial, as vésperas da insurgente independência. Para tanto se analisará no capítulo seguinte quais procedimentos tomará o Brasil império no que se refere a sua relação com a educação em geral e seu comportamento para com a influência da Igreja católica, até a proclamação república.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar como a relação entre o Estado Português e a Igreja Católica influenciou as experiências educativas no Brasil colonial. Influência essa, que configurou-se com uma das principais bases para a estruturação do ensino religiosa na escola pública brasileira. Processo esse marcado nesse período pela ausência de interesses do estado em desenvolver ações educativas na colônia, delegando assim essa responsabilidade as ordens religiosas, sobretudo a jesuíta.

REFERÊNCIAS

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Fluminense; Brasília, DF : FLASCO do Brasil, 1999.

FAORO, Raymundo, **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 7. ed . rev. São Paulo : Centauro, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade Marconi. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil** .1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. rev. e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 1998

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed, rev. e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.